

# PORTUGAL MELHOR

---


UM COMPROMISSO GERACIONAL PARA PORTUGAL

**CONTRIBUTO DA FAP  
PARA AS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS 2026**

**NOVEMBRO 2025**



# ÍNDICE

- 
- 00.** ENQUADRAMENTO
  - 01.** PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA
  - 02.** SUSTENTABILIDADE INTERGERACIONAL
  - 03.** INTEGRIDADE DIGITAL E IMPRENSA LIVRE
  - 04.** SAÚDE JUVENIL E INFANTIL
  - 05.** EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, INOVAÇÃO E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO
  - 06.** UM LUGAR MELHOR PARA VIVER
  - 07.** AMBIENTE E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA
  - 08.** VALORIZAÇÃO DO TALENTO
  - 09.** PORTUGAL SOCIAL
  - 10.** EPÍLOGO: UM COMPROMISSO GERACIONAL PARA PORTUGAL



**00.**

# **ENQUADRAMENTO**

**CADERNO DE MEDIDAS**

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



A atenção dos cidadãos tornou-se, hoje, um dos recursos mais disputados na arena pública. A Democracia Liberal tem vindo a confrontar-se com a velocidade dos novos tempos, o que reduz o espaço necessário para a compreensão aprofundada dos fenómenos sociais e políticos e dificulta a formulação de respostas coerentes aos desafios coletivos que enfrentamos. O ritmo frenético da nova esfera pública correu à moderação e exacerba a competição entre agentes políticos pela atenção pública. Vivemos num contexto em que o clamor se sobrepõe à razão, a excentricidade faz sombra ao saber e a palavra perdeu o valor da opinião fundamentada com conhecimento.

Os atos eleitorais constituem momentos por excelência da definição democrática do país. As eleições presidenciais de 2026 representam um marco fundamental da vida democrática nacional. A eleição direta do Presidente da República pelos portugueses é uma oportunidade para assegurar uma Magistratura que, além da sua influência institucional, seja guiada pela razão. Deve refletir o pulsar genuíno do país, para lá de circunstâncias ocasionais, e orientar-se por uma visão clara do futuro coletivo com os olhos postos no futuro.

Muito do que damos por adquirido no domínio dos valores fundamentais da democracia está hoje a ser questionado e, em alguns casos, abertamente desafiado. Por isso, a eleição presidencial deve constituir um momento categórico de debate e reflexão sobre os temas estruturantes para o futuro de Portugal, orientado pela matriz constitucional. A Constituição da República Portuguesa, não sendo um texto sacramental, garante os direitos, liberdades e garantias dos portugueses, consolidados ao longo de 50 anos de democracia. Este tem sido um percurso que, apesar das suas vicissitudes, deve ser motivo de legítimo orgulho coletivo pelos resultados alcançados.

O presente documento representa o contributo da Federação Académica do Porto para os debates que consideramos essenciais ao futuro do país e resulta de um debate profundo no seio da Academia do Porto. Trata-se de uma visão que provém das novas gerações e que cuja visão pode ser acolhida por todos os cidadãos que, independentemente da sua idade ou percurso, partilham a convicção de que o país deve continuar a trilhar um caminho de desenvolvimento sustentado, justiça social e fortalecimento democrático. Neste particular, temos sempre a preocupação de olhar o futuro através dos olhos dos jovens que representamos e a quem desejamos dar mais voz.

Organizado em nove eixos estruturantes, o presente documento não constitui um programa de governação nem um elenco de medidas executivas. Trata-se de um contributo político e institucional que será apresentado aos candidatos às eleições presidenciais de 2026, tendo como objetivo a construção de um Portugal melhor, mais forte e mais justo.



**01.**

# **PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA**

**CADERNO DE MEDIDAS**

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



1. **INSTITUIR UM CONSELHO DE ESTADO INTERGERACIONAL DEDICADO ÀS MATÉRIAS QUE AFETAM AS NOVAS GERAÇÕES**
2. **NOMEAR UM JOVEM, COM MENOS DE 30 ANOS PARA O CONSELHO DE ESTADO**
3. **VALORIZAR PUBLICAMENTE O ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL E JUVENIL**

A vitalidade da democracia portuguesa depende da capacidade de integrar, de forma efetiva, as diferentes gerações nos processos de reflexão e decisão política. Apesar do elevado nível de qualificação e de uma crescente consciência cívica, persistem sinais de afastamento das novas gerações face às instituições, alimentados pela perceção de distância, de fraca capacidade de influência e de ausência de respostas estruturais aos problemas que mais as afetam.

Neste contexto, a FAP considera essencial reforçar os mecanismos de escuta ativa da juventude no plano institucional. Sem interferir com as competências próprias dos órgãos de soberania, o Presidente da República dispõe de margem para criar espaços de aconselhamento e reflexão que aproximem as novas gerações do centro do debate político nacional.

A criação de um Conselho de Estado Intergeracional, de natureza consultiva e não vinculativa, constitui um instrumento adequado a esse objetivo. Este órgão poderia apoiar o Presidente da República na análise de matérias com impacto direto nas novas gerações, como a educação, o Ensino Superior, a ação social, a habitação, o emprego jovem, a saúde mental ou a transição climática, assegurando uma composição plural e representativa da diversidade juvenil.

A regularidade das reuniões, a publicitação dos pareceres e a transparência do funcionamento seriam fundamentais para reforçar o escrutínio democrático e a confiança dos cidadãos, em particular dos mais jovens. Este Conselho não substituiria os mecanismos formais de decisão, mas enriqueceria a reflexão presidencial com contributos ancorados na realidade vivida pelas novas gerações.

Complementarmente, a FAP entende que a nomeação de uma pessoa jovem para o Conselho de Estado, no exercício da competência constitucional do Presidente da República, constituiria um sinal político claro de compromisso com a renovação democrática e a justiça intergeracional. Esta escolha deve privilegiar percursos de envolvimento cívico e associativo, evitando uma representação limitada aos círculos tradicionais de influência.

A possibilidade de renovação dessa nomeação ao longo do mandato presidencial reforçaria a ideia de que a participação das novas gerações não é simbólica, mas estrutural, contribuindo para um debate mais informado e plural ao mais alto nível institucional.







**02.**

## **SUSTENTABILIDADE INTERGERACIONAL**

**CADERNO DE MEDIDAS**

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



1. **PROMOVER O DEBATE PÚBLICO SOBRE JUSTIÇA E SUSTENTABILIDADE INTERGERACIONAL**
2. **ALERTAR PARA OS RISCOS DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO SOBRE AS NOVAS GERAÇÕES**
3. **INCENTIVAR CONSENSOS POLÍTICOS ALARGADOS EM TORNO DE UM PACTO PARA A JUVENTUDE**

A justiça intergeracional constitui um dos pilares fundamentais de uma democracia sustentável. As decisões políticas tomadas no presente têm efeitos duradouros sobre as condições de vida das gerações futuras, influenciando a sua capacidade de acesso a serviços públicos de qualidade, de construção de projetos de vida autónomos e de participação plena na vida económica e social.

Em Portugal, a persistência de desequilíbrios estruturais e o adiamento sucessivo de reformas essenciais têm contribuído para a transferência de encargos significativos para as gerações mais jovens. O aumento do endividamento público, a pressão sobre a sustentabilidade da Segurança Social, as dificuldades de acesso à habitação e a degradação ambiental são exemplos de desafios cuja resolução tem sido sistematicamente protelada, com impactos diretos no futuro coletivo.

A FAP entende que a sustentabilidade intergeracional deve ser assumida como um critério transversal de avaliação das políticas públicas. Tal não implica a substituição das opções legítimas do Governo ou da Assembleia da República, mas exige uma reflexão contínua sobre a equidade na distribuição de encargos e benefícios entre gerações, bem como sobre a responsabilidade coletiva na preservação dos recursos económicos, sociais e ambientais.

Neste contexto, o Presidente da República pode desempenhar um papel particularmente relevante enquanto garante da coesão nacional e do interesse de longo prazo do país. A sua magistratura de influência permite-lhe alertar para riscos estruturais frequentemente subestimados no debate político imediato, promover o diálogo entre forças políticas e estimular compromissos estáveis que transcendam ciclos eleitorais e maiorias conjunturais.



**03.**

## **INTEGRIDADE DIGITAL E IMPRENSA LIVRE**

**CADERNO DE MEDIDAS**

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



1. **PROMOVER O DEBATE PÚBLICO SOBRE O IMPACTO DOS NOVOS MEDIA E DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA DEMOCRACIA**
2. **VALORIZAR O PAPEL DA IMPRENSA LIVRE, PLURAL E INDEPENDENTE**
3. **DEFENDER A INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO E O COMBATE À DESINFORMAÇÃO COMO DIMENSÕES CENTRAIS DA QUALIDADE DEMOCRÁTICA**
4. **INCENTIVAR A LITERACIA MEDIÁTICA E DIGITAL, EM PARTICULAR JUNTO DAS NOVAS GERAÇÕES**

A transformação digital alterou profundamente a forma como os cidadãos se informam, debatem e participam na vida pública. As redes sociais, os novos media e as plataformas digitais assumem, hoje, um papel central na formação da opinião pública e na mobilização cívica, sobretudo entre as novas gerações. Este novo espaço público ampliou o acesso à informação, mas trouxe também riscos relevantes para a qualidade do debate democrático.

A desinformação, a polarização do discurso, a opacidade algorítmica e a fragilidade económica da imprensa tradicional colocam desafios sérios à integridade do ecossistema informativo. A FAP entende que a resposta a estes desafios exige um compromisso político claro com a defesa da verdade, do pluralismo e da informação de qualidade enquanto bens públicos essenciais.

Embora a regulação dos media e das plataformas digitais caiba aos órgãos legislativos e governativos, o Presidente da República dispõe de um papel relevante enquanto garante dos valores democráticos. No exercício da sua magistratura de influência, pode promover o debate público informado sobre o impacto da transformação digital na democracia, alertar para os riscos da desinformação e incentivar uma reflexão coletiva sobre a responsabilidade das plataformas, dos media e dos cidadãos.

A imprensa livre e independente continua a ser um pilar insubstituível da democracia. A FAP considera essencial que a Presidência da República assuma uma posição clara de

valorização do jornalismo profissional, do pluralismo editorial e do escrutínio dos poderes públicos, afirmando a liberdade de imprensa como condição fundamental da vida democrática.



Paralelamente, a promoção da literacia mediática e digital é indispensável para capacitar os cidadãos, em particular os jovens, a distinguir informação fidedigna de conteúdos manipulados ou falsos. Neste sentido, o Presidente da República pode incentivar iniciativas de sensibilização, promover a cooperação entre escolas, media e sociedade civil e valorizar o envolvimento juvenil na construção de um espaço público mais informado e responsável.



## **04.** **SAÚDE JUVENIL E INFANTIL**

**CADERNO DE MEDIDAS**  
**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



1. VALORIZAR A PROMOÇÃO DE ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS, PREVENÇÃO DA OBESIDADE E LITERACIA EM SAÚDE
2. PROMOVER O DEBATE PÚBLICO SOBRE SAÚDE MENTAL, SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA E COMBATE ÀS DEPENDÊNCIAS
3. DEFENDER O REFORÇO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, EM PARTICULAR NA RESPOSTA PEDIÁTRICA E NA SAÚDE MENTAL
4. INCENTIVAR POLÍTICAS INTEGRADAS DE APOIO À FAMÍLIA, CONCILIAÇÃO E PARENTALIDADE JOVEM

A saúde das crianças e dos jovens é um pilar fundamental do desenvolvimento humano, social e económico do país. Garantir cuidados de saúde acessíveis, próximos e de qualidade é condição indispensável para a igualdade de oportunidades, para o bem-estar das famílias e para a construção de percursos de vida saudáveis desde a infância até à idade adulta.

Em Portugal, os desafios da saúde infantil e juvenil exigem uma abordagem mais coordenada e integrada. Fragilidades na resposta das urgências pediátricas, desigualdades na cobertura territorial e dificuldades de articulação entre cuidados hospitalares, cuidados de saúde primários, escolas e instituições de ensino revelam a necessidade de uma reflexão estratégica sobre a organização do sistema de saúde. O direito das crianças a cuidados atempados e adequados deve ser afirmado como prioridade estrutural.

A saúde mental dos jovens assume particular relevância, perante o aumento do sofrimento psicológico entre crianças, adolescentes e jovens adultos. A FAP defende a garantia de acesso a apoio psicológico e psiquiátrico gratuito, acessível e articulado entre instituições de ensino, serviços de saúde e comunidade, assegurando respostas continuadas e sem estigmatização.

A promoção da saúde sexual e reprodutiva é igualmente essencial. O acesso à informação, à educação para a sexualidade e a cuidados especializados deve ser assegurado de forma



equitativa, com especial atenção às populações mais vulneráveis, promovendo autonomia informada e proteção dos direitos das novas gerações.

O apoio à família deve integrar uma política de saúde abrangente. A conciliação entre vida académica, profissional e familiar, o apoio à parentalidade jovem e o reconhecimento dos cuidadores informais têm impacto direto na saúde física e mental de crianças e jovens, sendo igualmente relevantes para enfrentar os desafios demográficos.

Por fim, o combate à obesidade infantil e juvenil e a promoção de estilos de vida saudáveis exigem uma abordagem intersectorial. A literacia em saúde, a alimentação equilibrada, a atividade física e a prevenção de comportamentos de risco devem ser promovidas desde cedo, com programas que envolvam ativamente crianças e jovens.

Neste domínio, o Presidente da República pode desempenhar um papel relevante enquanto garante do direito à saúde e promotor do bem-estar coletivo, dando visibilidade a estas problemáticas, promovendo o diálogo entre instituições e afirmando a saúde infantil e juvenil como prioridade transversal das políticas públicas.





**05.**

## **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, INOVAÇÃO E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**

**CADERNO DE MEDIDAS**

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



1. VALORIZAR A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E O CONHECIMENTO COMO PILARES ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS
2. PROMOVER UMA ABORDAGEM INTEGRADA ÀS STEAM, ARTICULANDO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ARTES E HUMANIDADES
3. DEFENDER A DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO
4. PROMOVER UM DEBATE ÉTICO E ESTRATÉGICO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A educação e a ciência são motores centrais da transformação social, económica e cultural. A construção de uma sociedade do conhecimento exige uma aposta consistente na valorização dos saberes, na democratização das instituições educativas e científicas e no reconhecimento da investigação como investimento estratégico para o futuro do país.

A Federação Académica do Porto defende uma abordagem integrada às STEAM, que vá além da especialização técnica. O cruzamento entre ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática deve promover pensamento crítico, criatividade e inovação. A valorização da arte, da cultura, das letras e do humanismo é essencial para formar cidadãos capazes de compreender a complexidade do mundo, agir com responsabilidade ética e participar ativamente na vida democrática.

No plano científico, a recente reorganização do sistema de financiamento, embora necessária, tem gerado instabilidade e incerteza. A morosidade dos concursos, a falta de previsibilidade e a indefinição de critérios comprometem a continuidade dos projetos, a motivação dos investigadores e a capacidade de atrair e reter talento jovem. A ciência deve ser encarada como pilar estrutural do desenvolvimento e não como despesa contingente.

Neste contexto, o Presidente da República pode desempenhar um papel relevante enquanto promotor do conhecimento e da ciência. A sua magistratura de influência permite-lhe alertar para os riscos do subfinanciamento e da instabilidade, valorizar



publicamente a investigação e incentivar consensos políticos em torno da estabilidade do financiamento, da dignificação das carreiras científicas e da articulação entre ciência, economia e sociedade.

Num tempo de aceleração tecnológica, é igualmente essencial reafirmar o papel das artes, da cultura e das humanidades. São estas áreas que permitem interpretar o progresso científico, questionar os seus impactos e dar-lhe sentido. Para a FAP, a cultura é fundamento ético do conhecimento e elemento central da identidade coletiva.

No domínio da inteligência artificial, Portugal deve assumir uma visão que combine ambição tecnológica com responsabilidade ética. A automação e a transformação do mercado de trabalho exigem reflexão pública, capacitação das novas gerações e antecipação dos impactos sociais. O Presidente da República pode assumir um papel catalisador neste debate, promovendo o envolvimento da juventude, da comunidade científica e da sociedade civil.

Ao valorizar educação, ciência, inovação e cultura como dimensões indissociáveis, a Presidência da República contribui para afirmar uma sociedade do conhecimento mais democrática, criativa e consciente, onde os jovens são protagonistas da transformação social e tecnológica.



**06.**

## **UM LUGAR MELHOR PARA VIVER**

**CADERNO DE MEDIDAS**

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



1. **AFIRMAR O ACESSO À HABITAÇÃO COMO CONDIÇÃO CENTRAL DA EMANCIPAÇÃO E DA COESÃO SOCIAL**
2. **VALORIZAR A IMPORTÂNCIA DO REFORÇO DO ALOJAMENTO PARA ESTUDANTES**
3. **PROMOVER CIDADES INCLUSIVAS, SUSTENTÁVEIS E CENTRADAS NAS PESSOAS**
4. **DEFENDER UMA MOBILIDADE ACESSÍVEL, SUSTENTÁVEL E TERRITORIALMENTE EQUILIBRADA**
5. **VALORIZAR O COMBATE À POBREZA ENERGÉTICA E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE**

O acesso à habitação tornou-se um dos principais obstáculos à autonomia e à emancipação das novas gerações. A escalada dos preços, a escassez de oferta acessível e a pressão sobre os centros urbanos afastam os jovens dos locais de estudo e de trabalho, adiando projetos de vida autónomos e agravando desigualdades territoriais. O facto de os jovens portugueses saírem de casa dos pais apenas no final da terceira década de vida revela a dimensão estrutural deste problema.

A Federação Académica do Porto defende que a habitação deve ser assumida como uma prioridade nacional, indissociável das políticas de educação, emprego e ação social. O percurso no Ensino Superior não pode continuar a ser encarado como uma fase temporária que termina com o regresso à dependência familiar. Deve, pelo contrário, constituir um momento de emancipação progressiva, com condições de estabilidade e continuidade.

Neste contexto, o alojamento académico assume particular relevância. A insuficiência de camas, os preços elevados e as assimetrias territoriais comprometem a igualdade de oportunidades no acesso e na frequência do Ensino Superior. A valorização do alojamento estudantil enquanto política pública estruturante é essencial para garantir condições dignas e previsíveis para os estudantes deslocados e para aliviar a pressão sobre o mercado habitacional.



As cidades do futuro devem ser pensadas como espaços de inclusão, sustentabilidade e qualidade de vida. A FAP defende que Portugal deve inspirar-se em abordagens europeias integradas, como o New European Bauhaus, promovendo uma visão urbana que cruze arquitetura, ecologia, inovação e participação cidadã, envolvendo ativamente os jovens na conceção e requalificação dos espaços urbanos.

A mobilidade é outro eixo central da qualidade de vida e da coesão territorial. O acesso a transportes públicos eficazes, a ligação entre centros urbanos, periferias e cidades médias e a promoção de formas de mobilidade sustentável são condições essenciais para reduzir desigualdades e combater a exclusão geográfica.

Por fim, a persistência de barracas, guetos sociais, pobreza energética e más condições de habitabilidade constitui uma violação inaceitável da dignidade humana. A erradicação destes contextos deve ser assumida como prioridade ética e política, articulando soluções habitacionais dignas com acompanhamento social, integração comunitária e eficiência energética.

Neste domínio, o Presidente da República pode desempenhar um papel relevante enquanto garante da coesão social e territorial, colocando a qualidade de vida no centro do debate público e afirmando o direito a viver com dignidade como elemento essencial de uma sociedade mais justa e inclusiva.



**07.**

## **AMBIENTE E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA**

**CADERNO DE MEDIDAS**

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



1. AFIRMAR A TRANSIÇÃO CLIMÁTICA COMO OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL
2. VALORIZAR A DESCARBONIZAÇÃO COMO EIXO ESTRATÉGICO DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL
3. INCENTIVAR A MOBILIDADE VERDE E SUSTENTÁVEL
4. DEFENDER A INTEGRAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E NATURAIS NA VIDA URBANA
5. PROMOVER A HARMONIA ENTRE PESSOAS, TERRITÓRIO E AMBIENTE

A transição ambiental e climática é hoje mais do que uma resposta à emergência ecológica. Constitui uma oportunidade estratégica para transformar o modelo económico, criar emprego qualificado, reforçar a coesão territorial e melhorar a qualidade de vida. Para a FAP, a sustentabilidade deve ocupar um lugar central no projeto de desenvolvimento nacional, envolvendo ativamente as novas gerações.

A descarbonização deve ser encarada como um caminho para o crescimento económico, em alinhamento com os objetivos europeus de neutralidade climática. Portugal reúne condições favoráveis para assumir uma liderança responsável, assente numa matriz energética cada vez mais renovável, numa juventude qualificada e numa comunidade científica capaz de

impulsionar a inovação verde. A transição climática deve ser motor de criação de valor, conhecimento e emprego sustentável.

O acesso a energia limpa e acessível é uma condição essencial da justiça climática. A transição energética só será bem-sucedida se garantir benefícios para todos, reduzindo a pobreza energética e evitando novas desigualdades territoriais. A capacitação para novas competências associadas à economia verde é parte integrante deste processo.

A mobilidade verde assume igualmente um papel central. Transportes públicos eficientes,



acessíveis e sustentáveis, bem como a promoção da mobilidade ativa, contribuem para cidades mais saudáveis e inclusivas. A coesão territorial exige que esta transformação chegue também às periferias e aos territórios de menor densidade.

O ordenamento do território deve assentar num equilíbrio entre crescimento, qualidade de vida e preservação ambiental. A integração de espaços verdes e áreas de fruição natural nas cidades é fundamental para o bem-estar das populações, para a biodiversidade e para a adaptação às alterações climáticas.

A FAP defende que a harmonia entre pessoas, espaço físico e ambiente deve orientar as políticas públicas. A educação para a sustentabilidade e o envolvimento dos jovens na proteção da biodiversidade são instrumentos essenciais para construir uma consciência ecológica ativa.

Entendemos que Presidente da República pode desempenhar um papel determinante enquanto garante do futuro coletivo, afirmando a transição climática como desígnio nacional e mobilizando vontades políticas e sociais em torno de um desenvolvimento mais verde, justo e sustentável.





**08.**

## **VALORIZAÇÃO DO TALENTO**

**CADERNO DE MEDIDAS**

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



1. APELAR A UMA POLÍTICA FISCAL ESTÁVEL ORIENTADA PARA A VALORIZAÇÃO DO TALENTO JOVEM
2. ALERTAR PARA O ACESSO A PROTEÇÃO SOCIAL POR PARTE DE PROFISSIONAIS LIBERAIS E TRABALHADORES INDEPENDENTES
3. VALORIZAR CARREIRAS E A ATRAÇÃO DE JOVENS PARA UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODERNA E QUALIFICADA

Portugal enfrenta um paradoxo estrutural profundo. Nunca formou gerações tão qualificadas e nunca foi tão difícil transformar esse capital humano em desenvolvimento económico, estabilidade social e retenção de talento. Num contexto de baixos salários, habitação inacessível e custo de vida crescente, a valorização do talento jovem tornou-se uma condição essencial para o futuro do país.

De acordo com o Centro de Estudos da Federação Académica do Porto, mais de 73% dos jovens ponderam emigrar. Esta intenção não decorre de falta de ligação ao país, mas da perceção de ausência de condições para viver com dignidade. Os dados salariais confirmam esta realidade: cerca de quatro em cada cinco jovens auferem rendimentos até 1.000 euros mensais, enquanto apenas uma minoria ultrapassa os 1.500 euros. O desfasamento entre qualificações e rendimentos compromete o retorno do investimento em educação e fragiliza a sustentabilidade económica e demográfica.

A FAP defende que a valorização salarial e profissional dos jovens deve ser acompanhada por uma política fiscal orientada para a retenção de talento. Incentivos fiscais simples, estáveis e acessíveis podem contribuir para criar condições de competitividade num mercado global altamente móvel, abrangendo jovens trabalhadores qualificados, investigadores, empreendedores e profissionais em setores estratégicos.

Os profissionais liberais e trabalhadores independentes representam uma parte crescente da juventude ativa, mas continuam expostos a instabilidade económica e proteção social limitada. É essencial promover modelos contributivos ajustados aos rendimentos, reforçar



o acesso à proteção social e incentivar programas de capacitação em gestão, fiscalidade e inovação, reconhecendo a autonomia profissional como forma legítima de criação de valor.

Os momentos de transição entre ciclos de vida, como a entrada no mercado de trabalho, a aquisição de habitação, a continuação da formação ou a constituição de família, concentram pressões financeiras significativas. Regimes de isenção fiscal temporária nestas fases críticas podem contribuir para maior previsibilidade e segurança nas decisões estruturantes.

A retenção de talento exige mais do que incentivos. Exige oportunidades reais de progressão profissional, reconhecimento do mérito e perspectivas de carreira compatíveis com as qualificações adquiridas, no setor privado e no setor público. Neste âmbito, a modernização da Administração Pública assume particular relevância, através da valorização das carreiras, da revisão dos modelos de progressão, da digitalização dos serviços e da criação de programas de entrada jovem na função pública.

O Presidente da República, enquanto garante da coesão social e promotor do desenvolvimento nacional, pode desempenhar um papel relevante na afirmação desta agenda, alertando para os custos estruturais da perda de talento, promovendo consensos em torno da valorização das qualificações e reforçando a centralidade da justiça intergeracional no debate público.



## **09. PORTUGAL SOCIAL**

**CADERNO DE MEDIDAS**

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**



1. COLOCAR O COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NO CENTRO DA AGENDA NACIONAL
2. APELAR A RESPOSTAS INTEGRADAS PARA A SOLIDÃO NO FIM DE VIDA
3. DEFENDER O APOIO ÀS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS
4. ASSUMIR A ERRADICAÇÃO DA CONDIÇÃO DE SEM-ABRIGO COMO DESÍGNIO NACIONAL
5. VALORIZAR O VOLUNTARIADO E O ASSOCIATIVISMO COMO PILARES DA COESÃO SOCIAL

Portugal não pode resignar-se à persistência da pobreza e da exclusão social como fenómenos inevitáveis. Num contexto de avanços tecnológicos e criação de riqueza sem precedentes, é social e moralmente inaceitável o aprofundamento de desigualdades estruturais e a permanência de situações de privação. A FAP entende que as eleições presidenciais de 2026 devem afirmar uma nova ambição nacional no combate à pobreza, assente na dignidade humana, na justiça social e na coesão territorial.

O combate à pobreza exige políticas públicas integradas, que articulem redistribuição, acesso universal a serviços essenciais e capacitação para a autonomia económica. Não se trata apenas de mitigar consequências, mas de quebrar ciclos de exclusão que limitam oportunidades, fragilizam a democracia e comprometem o futuro coletivo.

A solidão no fim de vida constitui uma das expressões mais silenciosas da exclusão social. O envelhecimento da população, a fragmentação das redes familiares e a desertificação de vastos territórios têm contribuído para o isolamento de milhares de pessoas idosas. A FAP defende a promoção de redes de apoio intergeracional, envolvendo jovens, instituições locais e serviços de proximidade, capazes de devolver companhia, pertença e dignidade aos últimos anos de vida.

As famílias monoparentais enfrentam vulnerabilidades acrescidas, resultantes da precariedade laboral, da sobrecarga de cuidados e da fragilidade das redes de apoio. É

necessária uma resposta pública mais ajustada, que reforce os apoios sociais, facilite o acesso a creches e



escolas e assegure acompanhamento psicológico e jurídico quando necessário. Estas famílias devem ser visíveis e apoiadas de forma eficaz.

A erradicação da condição de sem-abrigo deve ser assumida como um verdadeiro desígnio nacional. Portugal reúne condições para ambicionar eliminar esta forma extrema de exclusão, através de uma abordagem integrada que assegure acesso à habitação, cuidados de saúde, apoio psicológico, formação e integração profissional, sustentada por metas claras e envolvimento da sociedade civil.

O voluntariado e o associativismo são pilares essenciais da coesão social. Expressam cidadania ativa e compromisso com o bem comum, devendo ser valorizados como parte integrante de uma economia social robusta, com reconhecimento institucional e financiamento estável. O movimento associativo juvenil, cultural e comunitário constitui uma rede de proximidade indispensável à resposta a necessidades concretas.

Nestes domínios, o Presidente da República pode assumir um papel particularmente relevante. Enquanto garante da unidade nacional e da dignidade da pessoa humana, cabe-lhe colocar a coesão social no centro do debate público, promover consensos e valorizar quem constrói respostas solidárias no terreno. Combater a pobreza e a exclusão não é apenas uma opção política, mas uma exigência ética de uma democracia madura.

## CADERNO DE MEDIDAS

**CONTRIBUTO DA FAP PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026**





Os nove eixos estruturantes apresentados pela Federação Académica do Porto constituem uma visão integrada e ambiciosa para o futuro de Portugal, pensada a partir da juventude e para toda a sociedade. São contributos que não se limitam a reivindicações setoriais, mas que apontam para uma renovação profunda do contrato social, político e económico do país.

Cada capítulo revela uma dimensão essencial da vida coletiva e propõe caminhos concretos para que Portugal se torne mais justo, mais sustentável, mais inovador e mais humano.

A participação democrática, com a criação de um Conselho de Estado Intergeracional e a inclusão de jovens nos órgãos de soberania, representa um passo decisivo para que as novas gerações deixem de ser apenas objeto de políticas e passem a ser sujeitos ativos da decisão pública.

A sustentabilidade intergeracional exige responsabilidade fiscal, proteção da Segurança Social e literacia financeira, para que o futuro não seja hipotecado pelas escolhas do presente. É um compromisso ético com quem ainda não nasceu, mas já conta.

A integridade digital e a imprensa livre são pilares da democracia contemporânea. A valorização da Verdade, da informação e do escrutínio dos poderes públicos é essencial para que o espaço público digital não se transforme num terreno fértil para a desinformação e a polarização.

A saúde juvenil e da infância exige uma resposta integrada, que articule o reforço do SNS com soluções inovadoras em parceria com instituições de ensino superior. A saúde mental, sexual, familiar e nutricional dos jovens deve ser tratada com prioridade e humanidade.

A educação, a ciência e a inovação são motores de transformação. A valorização das STEAM, a democratização das instituições e uma nova agenda científica são fundamentais para que Portugal se afirme como sociedade do conhecimento, capaz de liderar com ética e criatividade.

A qualidade de vida começa no território. O acesso à habitação, a mobilidade sustentável e a erradicação de guetos sociais são condições básicas para que Portugal seja um lugar melhor para viver. O exemplo europeu do New European Bauhaus pode inspirar cidades mais humanas e inclusivas.



A transição ambiental e climática é uma oportunidade para crescer com responsabilidade. A descarbonização, a energia limpa e a mobilidade verde devem ser motores de desenvolvimento económico, com envolvimento ativo da juventude e respeito pela harmonia fundamental entre a Humanidade e a Natureza.

A valorização do talento exige políticas fiscais inteligentes, apoio à autonomia profissional e modernização da Administração Pública. Os jovens devem encontrar em Portugal não apenas formação, mas também reconhecimento, estabilidade e oportunidades de crescimento.

Por fim, o Portugal social que se ambiciona é um país que combate a pobreza, cuida dos seus idosos, apoia as famílias vulneráveis e valoriza o voluntariado e o associativismo. É um país onde ninguém fica para trás e onde a solidariedade é um valor estruturante.

Estas reflexões e propostas não são apenas ideias: são compromissos. Representam a vontade de uma geração que quer participar, transformar e construir. A Presidência da República pode ser o catalisador desta mudança, promovendo o diálogo intergeracional e colocando os jovens no centro da construção do futuro.

As eleições presidenciais de 2026 são o momento certo para afirmar este compromisso geracional para Portugal.

